

mads Auto

CONSULTORES DE SEGUROS E RISCO

RELATÓRIO & CONTAS 2012

Be Insured.

Relatório de Gestão

Be Insured.

Exmos. Senhores Accionistas,
No cumprimento das disposições legais e estatutárias,
submetemos à apreciação de V.Exas.
o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2012

1. A MDS Auto

O objectivo estratégico da sociedade mantém-se inalterado: dotar a MDS Auto das características e volume que lhe permitam ser considerado um dos *brokers* de referência no sector automóvel em Portugal alavancando quer nas suas competência próprias quer no suporte que os seus acionistas que lhe podem proporcionar.



Em 2012 a MDS alterou o seu estatuto de corretor de seguros para agente de seguros. Esta alteração foi, principalmente, motivada maior eficiência de custos que este estatuto permite na implementação do seu modelo de negócio junto dos concessionários.

Sem estar imune ao contexto – profundamente adverso – o ano de 2012 fica marcado pela procura de soluções que permitam a captação de novos clientes através da criação de protocolos de venda de seguros a clientes em novos parceiros e um esforço adicional nas parcerias já existentes.



2. Enquadramento Macroeconómico

2.1. Mundo

O ano de 2012 manteve o clima de acentuada incerteza sobre o cenário económico mundial onde, pelo inevitável efeito de contágio, teve impactos em quase todas as economias nacionais.

A zona Euro viveu períodos de forte turbulência e ingressou numa tendência de fortíssimo ajustamento da execução orçamental em várias das suas economias, muito sustentado por políticas nacionais de austeridade, com aumento da carga fiscal e diminuição a despesa pública. Apesar de alguma instabilidade, o ano de 2012 marcou a resiliência do Euro e da União Monetária.

Os Estados Unidos da América voltaram a enfrentar um período de incerteza orçamental – centrada na renovação dos incentivos fiscais associados à crise financeira e no limite da

Relatório de Gestão

dívida pública – e, em ano eleitoral, os principais indicadores mantiveram uma tendência de subida.

As economias emergentes mantiveram uma tendência sustentada de crescimento, mantendo-se incólumes perante a instabilidade económica com epicentro na Zona Euro.

2.2. Portugal

O ano de 2012 foi fortemente marcado pelas necessárias consequências do Programa de Assistência Económica e Financeira, num contexto de ajustamento da Economia. Para que fossem cumpridas as metas orçamentais, as medidas de ajustamento acarretaram a contração da procura interna (consumo privado, consumo público e investimento) que, apesar da diminuição do ritmo de crescimento das exportações para a Zona Euro, foram só contrariadas com o ligeiro aumento da procura externa líquida. O PIB nacional reduziu-se em cerca de 3%.

O agravamento da crise económica diminuiu fortemente o rendimento disponível dos agentes económicos, com especial incidência nas famílias, diretamente afectadas pelo aumento da taxa de desemprego e por medidas de ajustamento orçamental de impacto imediato, como a suspensão dos subsídios de férias e natal dos funcionários públicos, o aumento de impostos e o aumento de preço de certos bens regulados. Associado ao menor rendimento disponível, também o aumento da poupança fundamenta a contração do consumo privado em 2012.

À data deste relatório são ainda incertos os desfechos das políticas de ajustamento orçamental e da capacidade – e sobretudo da duração – da retoma da economia, com impacto directo nos padrões de consumo, que contagiam toda a atividade económica do país.

3. Evolução do Mercado Segurador

A produção de seguro directo, de acordo com a APS, teve uma forte contração no mercado nacional durante 2012, com uma quebra de 7,1% face a 2011 (menos 800 milhões de Euros de prémios), para um valor de 10,9 mil milhões de Euros de prémios e entregas. A fortíssima quebra verificada na performance do sector foi sobretudo influenciada por vectores específicos, que afectam uma comparação *like for like* com o sector em anos anteriores e incorpora duas realidades distintas:

- a) O Ramo Vida, dominado pelo canal bancário e produtos financeiros, teve um decréscimo de 8,9% face a 2011 dadas as circunstâncias que afectaram com especial incidência a

comercialização de produtos financeiros, em particular relações de *bancassurance* e que foram o motor de crescimento em anos anteriores.

As necessidades de financiamento adicional do sector bancário, fruto do contexto de crise, prejudicaram a comercialização de produtos de seguros, levando as instituições financeiras a privilegiar a comercialização de produtos geradores de poupança para si, como os depósitos a prazo. Este factor aliado à quebra do rendimento disponível e alterações dos incentivos fiscais nos PPR suportam a retracção do Ramo Vida.

b) O Ramo Não Vida, de actuação tradicional dos corretores, caracterizou-se por um decréscimo marginal do volume de prémios (-3,%), sobretudo nos produtos indexados a variáveis afectadas pelas componentes macroeconómicas.

De destacar, pela evolução favorável o segmento Saúde (2,2%) e pelo desempenho desfavorável, o segmento de Acidentes de Trabalho (-10,6%), influenciado pela contração da massa salarial e redução do emprego e o segmento automóvel (-5,0%), influenciado pela quebra de vendas de veículos novos e pela diminuição do valor médio de prémio.



Relatório de Gestão

Be Insured.

4. Desempenho Operacional

A MDS Auto apresentou em 2012 uma carteira diversificada entre o segmento auto e o segmento não auto, mas cuja exposição ao sector automóvel continua a ser cada vez mais elevada, fruto do objectivo estratégico definido para a empresa.

Num contexto económico altamente desfavorável, agudizado por uma forte crise no sector automóvel, a MDS Auto atingiu um volume de negócios de 1,7 milhões de Euros, representado um ligeiro decréscimo face a 2011 (1,1%).

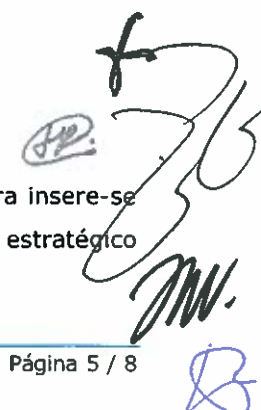
O EBITDA ascendeu a 220 mil euros, tendo a margem EBITDA diminuído de 18,1% para 13% em 2012 fruto de um aumento nos FSE's e apesar de uma redução dos custos com pessoal.

Como resumo, apresentam-se de seguida os principais indicadores da empresa:

valores em euros	2012		2011	
Volume de Negócios	1.691.896	100,0%	1.710.580	100,0%
Custos operacionais	1.472.122	87,0%	1.401.486	81,9%
FSE's	938.407	55,5%	794.972	46,5%
Custos com Pessoal	497.430	29,4%	564.050	33,0%
Indeminizações	0	0,0%	0	0,0%
Outros (proveito)/custos operacionais	36.285	2,1%	42.464	2,5%
EBITDA	219.774	13,0%	309.094	18,1%
Amortizações e Provisões	29.965	1,8%	39.229	2,3%
Amortizações	29.965	1,8%	39.229	2,3%
Provisões	0	0,0%	0	0,0%
Resultados Financeiros	14.795	0,9%	7.806	0,5%
Imposto sobre o rendimento	56.917	3,4%	77.212	4,5%
Resultado Líquido	147.687	8,7%	200.459	11,7%
Fluxo de caixa operacional	88.777		464.053	
Autonomia Financeira	71%		67,0%	

5. Política de gestão de risco

A política da MDS Auto, em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura insere-se na política integrada de gestão de risco do Grupo MDS definida no âmbito do planeamento estratégico



do Grupo de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A.

6. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício de 2012, a MDS Auto obteve um resultado líquido de 147.686.89 euros (cento e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e seis euros e oitenta e nove cêntimos), o qual propõe que seja aplicado da seguinte forma:

- Outras reservas:	147.686.89

	147.686.89
	=====

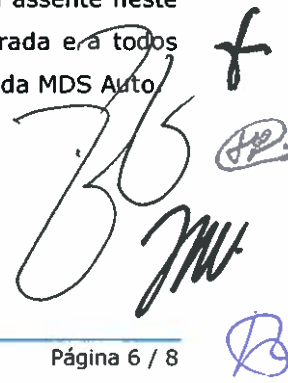
7. Perspectivas 2013

Apesar da grande incerteza associada ao enquadramento macroeconómico nacional e internacional e, em particular, ao sector automóvel, o qual afecta directamente a actividade da empresa, a empresa mantém os seus objectivos estratégicos intactos. Assim, o principal objectivo em 2013 é a manutenção e reforço como centro de excelência na concepção, desenvolvimento e dinamização de soluções de seguros associados ao setor automóvel. Estar na vanguarda da criação de soluções inovadoras e geradoras de valor, que clientes e parceiros reconheçam, aumentando desta forma a notoriedade da marca MDS Auto e afirmando-se como referência do mercado para o segmento automóvel é outro dos objectivos.

8. Considerações Finais

Uma palavra de apreço e consideração para todos aqueles que têm contribuído para o progresso da MDS Auto, em especial, aos clientes, que nos convidam a inovar e a criar um serviço cada vez mais adequado ao mercado permitindo assim o crescimento e o reconhecimento desejado, aos colaboradores pelo seu empenho pessoal e profissional, aos accionistas pela confiança assente neste projecto e à Assembleia Geral e ao Fiscal único pela disponibilidade sempre demonstrada e a todos aqueles que das mais diversas formas se relacionaram e contribuíram para o progresso da MDS Auto.

Porto, 28 de Junho de 2013



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)

(José Reis da Silva Ramos)

(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)

(Miguel Pedro Caetano Ramos)

(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 – 1º – 4100-130 Porto

Capital Social 500.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia sob o número único de matrícula e identificação 500 336 792

Relatório e Contas

31 de Dezembro de 2012



DECLARAÇÃO

Nos termos do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da Empresa, que nenhum deles, possui ações ou obrigações emitidas pela sociedade.

Nos termos e para os efeitos do art. 448º. do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face às comunicações dos acionistas abaixo relacionados, que:

- a MDS SGPS, S.A. possui 250.050 ações, representativas de 50,01% do capital social;
- a Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. possui 249.950 ações, representativas de 49,99% do capital social.

O Conselho de Administração,



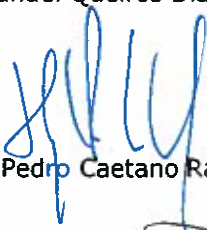
(Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)



(José Reis Silva Ramos)



(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)



(Miguel Pedro Caetano Ramos)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em euros)

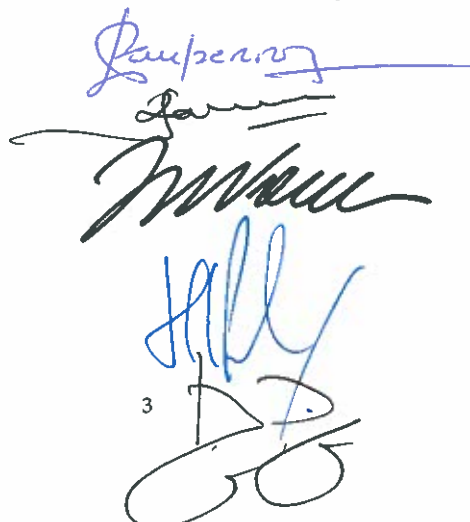
ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	650.454	1.074.096
Propriedades Investimentoe	6	386.001	
Total de activos não correntes		1.036.455	1.074.096
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	7	121.052	157.051
Estado e outros entes públicos	13	5.104	103
Outras dívidas de terceiros	8	225.381	213.354
Diferimentos	9	5.479	1.357
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.092.049	980.915
Total de activos correntes		1.449.066	1.352.780
TOTAL DO ACTIVO		2.485.521	2.426.876
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		500.000	500.000
Reservas Legais		128.484	128.484
Outras Reservas		733.491	667.558
Resultado transitados		-	(134.526)
Excedentes de revalorização		263.098	263.098
Resultado líquido do exercício		147.687	200.459
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	10	1.772.760	1.625.073
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	11	9.819	10.173
Total de passivos não correntes		9.819	10.173
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	12	241.477	348.816
Estado e outros entes públicos	13	13.410	55.459
Outras Dívidas a Terceiros	14	432.250	369.918
Provisões	20	15.804	17.437
Total de passivos correntes		702.942	791.630
TOTAL DO PASSIVO		712.761	801.803
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.485.521	2.426.876

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Lundes Nolas

O Conselho de Administração



MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Vendas e prestações de serviços	17 e 25	1.691.896	1.710.580
Fornecimentos e serviços externos	18 e 25	(938.407)	(794.972)
Gastos com o pessoal	19	(497.430)	(564.050)
Outros rendimentos e ganhos	21	5.388	8.288
Outros gastos e perdas	22	(43.305)	(50.752)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		219.774	309.094
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(29.965)	(39.229)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		189.809	269.865
Juros e rendimentos similares obtidos	23	14.795	8.770
Juros e gastos similares suportados	23		(964)
Resultado antes de impostos		204.604	277.671
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	(56.917)	(77.212)
Resultado líquido do exercício		147.687	200.459
Resultados por acção básico		0	0

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Luís Carlos Santos

O Conselho de Administração

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	500.000	-	128.484	667.558	(170.759)	263.098	57.033	1.445.414
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido do exercício	-	-	-	-	57.033 (20.800)	-	(57.033)	(20.800)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	36.233	-	(57.033)	(20.800)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	200.459	200.459
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	500.000	-	128.484	667.558	(134.526)	263.098	200.459	1.625.073

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	500.000	-	128.484	667.558	(134.526)	263.098	200.459	1.625.073
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido do exercício	-	-	-	65.933	134.526	-	(200.459)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	65.933	134.526	-	(200.459)	-
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	147.687	147.687
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	500.000	-	128.484	733.491	-	263.098	147.687	1.772.760

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Lucas Nunes





MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.720.190	1.687.041
Pagamentos a fornecedores		(826.115)	(496.300)
Pagamentos ao pessoal		(500.259)	(586.187)
Caixa gerada pelas operações		393.816	604.554
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(103.507)	(84.182)
Outros recebimentos / pagamentos		(201.532)	(56.319)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		88.777	464.053
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			(6.140)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		7.561	61.711
Juros e rendimentos similares		14.795	8.770
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		22.356	64.341
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			(964)
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	(964)
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		111.133	527.430
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		980.915	453.485
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.092.048	980.915

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Luís de Almeida

O Conselho de Administração

Luís de Almeida
João
Miguel
João
João

MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS Auto – Mediação de Seguros, SA ("Empresa") é uma sociedade anónima, foi constituída em 1975, tem a sua sede na avenida da Boavista nº 1277/88, tendo por atividade principal mediação de seguros, designadamente na área automóvel.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 2012.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

676405

f
JP.
MW.
B

3.2 Principais políticas contabilísticas

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.2.2 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.2.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

f
JP
B. M. B.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.4 Instrumentos financeiros

3.2.4.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

3.2.4.2 Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos da empresa após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custo de custos suportados com a sua emissão.

3.2.4.3 Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Letras

f
JP.
JB
MW.
B

3.2.4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

3.2.4.5 Ativos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e atividade de corretagem

Os corretores de seguros atuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transações efectuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou fees com as transações, nenhum registo contabilístico é efetuado até ao efetivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor do cliente ou da empresa seguradora. Em determinadas circunstâncias, a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

3.2.4.6 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.5 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Créditos

f
JP
JG
B

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.2.7 Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

A Empresa procede ao registo de comissões geradas com a atividade de mediação de seguros no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela Empresa, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento pela Empresa do prémio, momento em que a Empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.

Na rubrica do activo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.3 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de imparidades ao valor do ativo;

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

Letos

f
JP
ZBMM
B

3.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. O caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 detalha-se conforme se segue:

	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Numerário	314	1.327
Depósitos bancários	1.091.734	979.588
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	1.092.049	980.915
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	1.092.049	980.915

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações era o seguinte:

Activo bruto	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2011	322.424	1.205.349	179.028	272.746	20.467	2.000.014
Aumentos	-	-	-	6.140	-	6.140
Diminuições	(7.467)	(22.402)	(31.842)	-	-	(61.712)
Transferências / abates	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2012	314.957	1.182.947	147.186	278.886	20.467	1.944.442
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Diminuições	-	-	(30.246)	-	-	(30.246)
Transferências / abates	(132.192)	(396.576)	-	-	-	(528.768)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	182.765	786.371	116.940	278.886	20.467	1.385.428
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2011	-	433.273	140.024	265.377	12.210	850.884
Aumentos	-	24.901	7.561	4.857	1.910	39.229
Diminuições	-	(11.806)	(7.961)	-	-	(19.767)
Transferências / abates	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2012	-	446.368	139.624	270.234	14.120	870.346
Aumentos	-	24.901	-	4.166	1.013	30.080
Diminuições	-	-	(22.684)	-	-	(22.684)
Transferências / abates	-	(142.768)	-	-	-	(142.768)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	-	328.501	116.940	274.400	15.133	734.974
Valor líquido						
A 31 de Dezembro de 2011	314.957	736.579	7.562	8.652	6.347	1.074.096
A 31 de Dezembro de 2012	182.765	457.869	0	4.486	5.334	650.454

lmtos

f




A data de 31 Dezembro 2012, a empresa procedeu avaliação dos seus ativos, efetuado por uma entidade independente e acreditada " American Appraisal" para o efeito, o seu justo valor em 31 de dezembro de 2012 é de 593.000 euros.

Activo bruto

	Valor Líquido	Avaliação
Edifício Júlio Dinis - sala 605	17.561	29.000
Edifício Júlio Dinis - sala 607	18.324	33.000
Edifício Júlio Dinis - sala 608	17.561	32.000
Edifício Campo Alegre	587.189	499.000
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	640.635	593.000

REAVALIAÇÕES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangível reavaliado a data de 31 Dezembro 2012 são como segue:

	Custo histórico	Reavaliação	Valor reavaliado
Terrenos	144.919	45.328	182.765
Edifícios e outras construções	373.695	95.971	451.956
	518.614	141.299	634.721

6 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2012 , as propriedades de investimento referem-se aos imóveis do edifício do Campo Grande (terreno e edifício administrativo), cuja atividade cessou no final do exercício de 2011.

Propriedades Investimento

	Terrenos	Edifícios	Total
Edifício Campo Grande	132.192	396.576	528.768
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	132.192	396.576	528.768

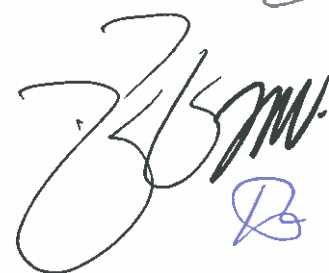
Depreciações acumuladas

Edifício Campo Grande	-	142.768	142.768
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	-	142.768	142.768

Valor líquido

A 31 de Dezembro de 2012	132.192	253.809	386.001
--------------------------	---------	---------	---------

CTA 105

f


A data de 31 Dezembro 2012, a empresa procedeu avaliação dos seus ativos, efetuado por uma entidade independente e acreditada " American Appraisal" para o efeito, o seu justo valor em 31 de dezembro de 2012 é de 491.000 euros.

Propriedades de Investimento

	Valor Líquido	Avaliação
Edifício Campo Grande	386.001	491.000
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	386.001	491.000

7 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:

	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Clientes correntes	121.052	157.051
Clientes de cobrança duvidosa	4.768	4.768
	125.820	161.819
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 19)	(4.768)	(4.768)
	121.052	157.051

O saldo de clientes respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa. Os montantes apresentados encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela MDS Auto, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A MDS Auto entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Não vencido	7.561	-
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	4.385	485
30 - 90 dias	7.410	8.732
+ 90 dias	101.696	147.834
Total	113.491	157.051
Vencido com registo de imparidade		
+ 360 dias	4.768	4.768
Total	4.768	4.768
	125.820	161.819

Cita. tos

f
JP
JL
B

8 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe de outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2012</u>	<u>31.Dezembro.2011</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	3.245	5.049
Outros		22.424
Outros devedores		
Seguradoras	144.358	76.362
Outros	77.778	109.519
	<u>225.381</u>	<u>213.354</u>

A 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2012</u>	<u>31.Dezembro.2011</u>
Não vencido	26.992	27.473
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	48.887	75.772
30 - 90 dias	91.583	31.903
+ 90 dias	57.919	78.206
	<u>225.381</u>	<u>213.354</u>

9 DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica diferimentos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2012</u>	<u>31.Dezembro.2011</u>
Valores devedores		
Seguros	5.479	1.357
Fornecimentos e serviços externos	-	
	<u>5.479</u>	<u>1.357</u>

10 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social integralmente subscrito e realizado está representado por 500.000 ações ordinárias ao portador com o valor nominal de 1 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o capital subscrito da sociedade era detido pelas seguintes entidades:

<u>Entidade</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
MDS SGPS, S.A.	50,01%	50,00%
Salvador Caetano SGPS, S.A.	49,99%	50,00%

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta

Litros

reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.

Reservas de reavaliação

A empresa procedeu à reavaliação dos seus ativos tangíveis ao abrigo de legislação aplicável, nomeadamente:

-Decreto Lei nº 111/88, de 2 de Abril

-Decreto Lei nº49/91 de 25 de Janeiro

-Decreto Lei nº31/98 de 11 de Fevereiro

De acordo com a legislação vigente estas reservas não são distribuíveis aos acionistas.

As outras reservas correspondem a reservas livres criadas pela empresa.

Os resultados transitados correspondem a resultados negativos de exercícios anteriores.

11 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O montante registado nesta rubrica respeitava às reavaliações legais dos ativos tangíveis da Empresa.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi como se segue:

	Impostos diferidos passivos 31.Dezembro.2012	Impostos diferidos passivos 31.Dezembro.2011
Saldo inicial	10.173	8.003
Efeito em resultados:		
Reavaliações de imobilizado tangível reintegrável	(354)	2.170
	(354)	2.170
Efeito em reservas:		
	-	-
Saldo final	9.819	10.173

12 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Fornecedores gerais	241.477	281.107
Seguradoras		67.709
	241.477	348.816

Os montantes acima referidos respeitam exclusivamente a valores a pagar a fornecedores correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

Erutas

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2012</u>	<u>31.Dezembro.2011</u>
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	5.104	
Outros Impostos		103
	<u>5.104</u>	<u>103</u>
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento		42.604
Retenções na fonte	4.286	3.964
Contribuições para a Segurança Social	9.124	8.891
	<u>13.410</u>	<u>55.459</u>

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

14 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

	<u>31.Dezembro.2012</u>	<u>31.Dezembro.2011</u>
Outros credores		
Clientes		3.600
Partes relacionadas	138.045	141.938
Outros	29.606	35.180
Credores por acréscimos de gastos		
Fornecimentos e serviços externos	187.834	129.644
Despesas com pessoal	76.765	59.556
	<u>432.251</u>	<u>369.918</u>

15 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2012</u>	<u>31.Dezembro.2011</u>
Vencíveis em:		
renovável automaticamente	76.798	77.840
	<u>76.798</u>	<u>77.840</u>

créditos

Em 31 de Dezembro de 2011 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 79.597 euros (76.848 euros em 31 de Dezembro de 2011) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a viaturas e aluguer de equipamento informático.

Em 31 de Dezembro de 2012 a empresa tinha celebrado, como locadora, contrato de locação operacional, cujos recebimentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2012</u>
Vencíveis em:	
renovável automaticamente	18.000
	<u>18.000</u>

Em 31 de Dezembro foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 10.500 euros relativo a rendas recebidas.

16 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2012, a MDS Auto tinha uma garantia prestada de 16.803 euros, relativa ao cumprimento das condições específicas de acesso à categoria de corretor de seguros em Portugal, a qual é mantida junto do Instituto de Seguros de Portugal.

17 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2012 e 2011 de acordo com a sua natureza pode ser apresentado como segue:

	<u>31.Dezembro.2012</u>	<u>31.Dezembro.2011</u>
Por mercado		
Mercado interno	1.660.915	1.710.580
Mercado externo	30.981	
	<u>1.691.896</u>	<u>1.710.580</u>

	<u>31.Dezembro.2012</u>	<u>31.Dezembro.2011</u>
Comissões	1.647.422	1.673.515
Outros	44.474	37.065
	<u>1.691.896</u>	<u>1.710.580</u>

A Rúbrica outros é constituída por duas rúbricas: Arrendamento de Imóveis no valor de 10.500,00 euros e Peritagem de Sinistros no valor de 33.974,04 euros.

cratos

f. H. R.

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Trabalhos especializados	724.985	590.759
Publicidade e propaganda	12.524	41.169
Livros e doc.Técnica	1.509	
Comissões	25.772	8.694
Serviços bancários	2.135	1.514
Conservação e reparação	9.512	7.094
Material de escritório	6.462	5.498
Transportes	2.095	
Electricidade	2.956	5.446
Combustíveis	7.144	5.999
Água	2.483	1.056
Deslocações e estadas	3.231	4.095
Rendas e alugueres	91.177	76.848
Comunicação	33.227	36.830
Seguros	3.291	3.732
Contencioso e notariado	347	404
Limpeza higiene e conforto	3.809	5.173
Outros	5.749	661
	<u>938.407</u>	<u>794.972</u>

Os trabalhos especializados estão relacionados com serviços de apoio informático e assessoria à área de negócio da empresa.

19 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Remunerações	362.875	430.731
Encargos sobre remunerações	87.603	98.870
Seguros	17.929	8.747
Benefícios Pós Emprego	21.075	22.268
Gastos com acção social	1.676	2.352
Outros gastos com pessoal	6.273	1.082
	<u>497.430</u>	<u>564.050</u>

O número médio de funcionários, em 2012 foi de 17 colaboradores (17 colaboradores em 2011).

cr. tos

20 PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foi o seguinte:

Rubricas	31.Dezembro.2011	Aumentos	Diminuições	31.Dezembro.2012
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 6)	4.768	-	-	4.768
Provisões correntes	17.437	-	(1.633)	15.804
	22.205	-	(1.633)	20.572

Rubricas	01.Janeiro.2010	Aumentos	Diminuições	31.Dezembro.2011
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 6)	4.768	-	-	4.768
Provisões correntes	17.437	-	-	17.437
	22.205	-	-	22.205

21 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis		5.436
Outros	5.388	2.852
	5.388	8.288

22 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Impostos	38.907	44.269
Outros	4.398	6.483
	43.305	50.752

23 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

Litavos

[Handwritten signature and initials]

	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Juros suportados		
Outros		(964)
	-	(964)

	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Juros obtidos	14.795	8.751
Outros		19
	14.795	8.770

24 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 podem ser detalhados como segue:

	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Imposto corrente	57.271	75.042
Imposto diferido (Nota 11)	(354)	2.170
	56.917	77.212

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Resultado antes de impostos	204.604	277.670
Benefícios fiscais	(750)	(2.250)
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas		(2.370)
Constatação de diferenças entre amortizações económicas e fiscais decorrentes de reavaliações	1.338	1.338
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente		-
Outros	(897)	3.642
Lucro tributável	204.295	278.030
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	-	-
	204.295	278.030
Taxa de imposto sobre o rendimento até 12.500 euros	12,50%	12,50%
Taxa de imposto sobre o rendimento	25,00%	25,00%
	51.074	67.945
Efeito constatação ou reversão de impostos diferidos	(354)	2.170
Derrama	3.064	4.173
Tributação autónoma	3.133	2.924
Imposto sobre o rendimento	56.917	77.212

littatos

f
JP.
R

25 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transacções

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Outras partes relacionadas	10.500	-	806.033	647.154
	10.500	-	806.033	647.154

	Juros auferidos		Dividendos pagos	
	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Accionistas	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	-	-	-	-

	Aquisições imobilizado		Alienações imobilizado	
	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	-	-	-	-

Saldos

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2012	31.Dezembro.2011
Accionistas	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	76.613	92.288	332.360	325.654
	76.613	92.288	332.360	325.654

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, à Efanor Investimentos, SGPS, SA e ao Grupo Salvador Caetano Auto, SGPS, SA.

Os membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 não tiveram qualquer remuneração, nem foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

cratos

[Handwritten signature and initials]

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

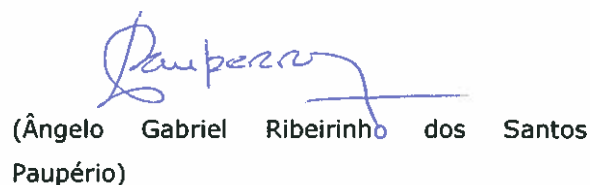
As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Junho 2013, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Técnico oficial de Contas,



(Maria de Lurdes Matos)

O Conselho de Administração,



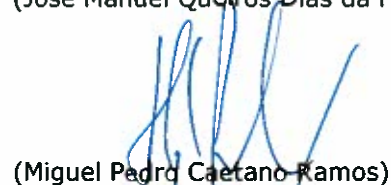
(Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)



(José Reis Silva Ramos)



(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)



(Miguel Pedro Caetano Ramos)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de ativo de 2.485.521 euros, um total de capital próprio de 1.772.760 euros, incluindo um resultado líquido de 147.687 euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas, a Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal



Reservas

7 Foram efetuados pedidos de confirmação a 31 de Dezembro de 2012 às várias companhias de seguros de saldos registados nas rubricas "Outras Contas a Receber" (144.358 euros) e "Outras Contas a Pagar" (12.427 euros). Não obtivemos confirmações e reconciliações dos saldos com as companhias de seguros, pelo que, não estamos em condições de exprimir opinião sobre os possíveis impactos nas demonstrações financeiras.

8 As demonstrações financeiras da empresa, em 31 dezembro de 2012, incluem contas a receber com antiguidade e não ajustadas no montante de, aproximadamente, 44 milhares de euros, relativamente às quais se encontram em curso ações internas de análise da respetiva recuperação e reclamação das mesmas junto dos respetivos devedores, não se encontrando reunidas todas as condições que nos permitam concluir, nesta data, sobre a realização integral daqueles montantes.

9 Foram solicitadas em 2012 avaliações a peritos avaliadores independentes sobre as propriedades de investimento, conforme divulgado na nota 6 do Anexo, cujo valor global da avaliação ascende a cerca de 990 milhares de euros e o valor contabilístico a 973 milhares de euros. No entanto, na análise efetuada imóvel a imóvel, verifica-se a existência de imparidades no valor de cerca de 88 milhares de euros. Caso tivessem sido efetuados estes registos, em 31 de dezembro de 2012, o ativo não corrente e o resultado do período, líquido de impostos diferidos, viria reduzido em, aproximadamente, 64 milhares de euros.

Opinião

10 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos parágrafo nºs 7 e 8 acima e exceto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo nº 9 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A, em 31 Dezembro 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

11 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que a Certificação Legal das Contas referente ao exercício de 2011, emitida em 29 de junho de 2012, incluía uma reserva por desacordo referente à sobreavaliação em cerca de €43 milhares de euros dos proveitos reconhecidos no exercício de 2011, que diziam respeito ao exercício de 2010. Esta situação não tem impacto no exercício de 2012.



Relato sobre outros requisitos legais

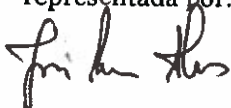
12 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

12 de agosto de 2013

O Revisor Oficial de Contas Executor


José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C., nº 1271

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


José Pereira Alves, R.O.C



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas, a Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de Gestão;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras; e

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 9077

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

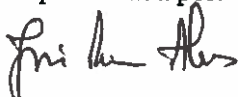
12 de agosto de 2013

O Revisor Oficial de Contas Executor



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C., nº 1271

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.